

Jacob Gorender

Marxismo Sem Utopia, Editora Ática, 1999, 288 p.

Armando Boito Jr. e Caio Navarro de Toledo (professores do Departamento de Ciência Política da Unicamp).

I. Este novo livro de Jacob Gorender articula uma grande massa de dados sobre a economia e a sociedade capitalista neste final de século XX, desenvolve discussões e teses relevantes e polêmicas e apoia-se numa bibliografia atualizada. Em inúmeras questões abordadas, o autor tem ainda o mérito de retomar o debate do problema na história do pensamento marxista e de confrontar esse “estado da arte” com a situação do capitalismo contemporâneo. Trata-se de leitura importante para todos os marxistas, intelectuais e militantes socialistas.

O livro está dividido em três partes.

Na primeira, Gorender faz um balanço crítico da teoria marxista, centrado nas teses referentes à teoria da história e à transição ao socialismo. Critica a visão teleológica da história e defende o papel do acaso na transformação social, examina as diferenças entre a transição ao capitalismo e a transição ao socialismo, critica a atribuição de uma missão histórica ao proletariado e sustenta a impossibilidade de extinção do Estado. Esse balanço da teoria tem o objetivo de extirpar o que, para ele, seriam os componentes *utópicos* do pensamento de Marx e dos clássicos do marxismo.

Na segunda parte, faz um balanço da história do século XX. Examina a experiência da Revolução Russa, o modelo soviético sob Stálin - modelo que ele considera socialista (“socialismo de Estado”) - e analisa as transformações do capitalismo no final deste século. Defende a excepcionalidade da conjuntura russa de 1917 e da revolução que dela se originou. Sustenta que o capitalismo no pós-Segunda Guerra teria se transformado num ultra-imperialismo, que praticamente eliminaria a possibilidade de guerra entre as potências imperialistas.

Na terceira parte, examina as condições atuais da luta pelo socialismo e discute as características que deverão assumir a revolução socialista e a construção do socialismo. Nesta parte, defende outras tantas teses polêmicas. Considera que o operariado é “ontologicamente reformista” e atribui à “classe dos assalariados intelectuais” o papel de vanguarda na luta pelo socialismo. Sustenta que o Estado, o mercado e a divisão entre

trabalho manual e trabalho intelectual deverão permanecer na sociedade socialista-comunista.

Acreditamos que, com o resumo acima, oferecemos ao leitor uma idéia geral e sumária do livro de Gorender. Sendo impossível discutir, no espaço de uma resenha, as principais idéias expostas no livro, pretendemos aqui polemizar particularmente com aquelas teses referentes à transição ao socialismo.

II. Ao se perguntar sobre o *agente social* que teria interesse e capacidade política para romper com o capitalismo na direção de uma sociedade socialista, sem dominação e exploração de classe, Gorender descarta a classe operária na medida em que a experiência histórica teria demonstrado ser ela “ontologicamente reformista”. Certamente há aqueles que, rejeitando a tese de Gorender, consideram que a classe operária ou a “classe trabalhadora” seria, ao contrário, “ontologicamente revolucionária”. Embora essa formulação se oponha à de nosso autor, no fundo, ela permanece ainda no mesmo terreno teórico da tese criticada. Nós entendemos, porém, que do ponto de vista das categorias históricas e dialéticas do marxismo, o equívoco de Gorender – e de alguns de seus críticos – é mais profundo. Ele reside na própria utilização da noção de *ontologia* uma noção carregada de essencialismo e comprometida filosoficamente com a metafísica.

Na perspectiva materialista, uma classe social é definida *tanto* pela sua inserção nas relações de produção, *quanto* por sua constituição efetiva num coletivo que trava lutas concretas, dentro de um sistema de relações de classe e num período histórico determinado. Neste sentido, a posição *reformista* ou *revolucionária* do proletariado deve ser determinada tendo em vista a sua situação concreta numa formação social e num período histórico específicos. Lenin considerava que o proletariado *tendia* espontaneamente para o reformismo mas, ao mesmo tempo, salientava que as *condições objetivas* – por exemplo, uma “crise revolucionária” – e a atuação da vanguarda revolucionária poderiam converter a classe operária na força dirigente da revolução socialista. De resto, o leitor também poderá se perguntar: como combinar o *essencialismo* da noção de ontologia com a promessa, anunciada pelo autor na primeira parte do seu livro, de introduzir o “princípio da incerteza” no processo histórico? Gorender entende ser fundamental a crítica da “visão teleológica da história” que estaria presente nos clássicos do marxismo; no entanto, acreditamos que a idéia leninista de uma conjuntura singular, como pré-condição da ação revolucionária do

proletariado, é mais compatível com uma visão relativamente aberta do processo histórico do que aquelas perspectivas teóricas que se utilizam de noções essencialistas para compreender a prática social da classe operária.

Quando sustenta a impossibilidade do proletariado dirigir a revolução socialista, Gorender faz um balanço das posições de Marx e de Engels sobre o tema, e analisa também o que seria a crescente diferenciação no universo do trabalho assalariado e o declínio numérico do proletariado industrial no capitalismo contemporâneo. Convém advertir que esse percurso, a rigor, seria, da perspectiva *ontológica* do autor, perfeitamente dispensável: se o proletariado é “ontologicamente reformista”, desnecessário se torna lançar mão de mudanças recentes do capitalismo para a discussão dessa matéria. Mas como Gorender realiza esta incursão, façamos breves comentários críticos sobre ela.

No que diz respeito à interpretação da obra de Marx e de Engels, é certo que a idéia segundo a qual a expansão do capitalismo produziria o aumento constante, absoluto e relativo, do proletariado industrial, já está presente no *Manifesto do Partido Comunista*. Porém, no livro I d’*O Capital*, Marx rompe com essa tese. N’*O Capital*, Marx apresenta uma análise mais complexa da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o contingente de operários. No capítulo XXIII, denominado *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*, Marx destaca que o aumento da composição orgânica do capital, isto é, a substituição de *trabalho vivo* por *trabalho morto* que é própria do desenvolvimento do capitalismo, pode reduzir em termos relativos, e até absolutos, o contingente de operários. Nos *Grundrisse*, como mostrou Martin Nicolaus em seu ensaio *O Marx desconhecido*, Marx apresenta o crescimento das classes médias como uma tendência da estrutura de classes da sociedade capitalista. A leitura crítica de Marx não pode reintroduzir, pelas portas dos fundos, a leitura canônica. A teoria de Marx não está pronta na década de 1840; a pesquisa dos anos 50 e 60 introduziram novidades e rupturas nos textos de Marx.

Em relação às transformações do capitalismo contemporâneo, duas observações podem ser feitas. Em primeiro lugar, seria necessária uma reflexão mais apurada sobre a questão do contingente de operários: houve alguma sociedade em que o operariado chegou a ser maioria? qual a importância do número? A classe mais numerosa de todas as sociedades humanas, ao longo de milhares de anos, foi o campesinato e, no entanto, o campesinato não foi capaz de dirigir a transformação revolucionária das sociedades que

viviam da exploração do seu trabalho. O proletariado russo era uma minoria quase insignificante em 1905 e em 1917; no entanto foi a base social fundamental dos partidos socialistas e criou os conselhos operários, produzindo a situação de duplo poder.

Em segundo lugar, não é possível aceitar sem questionamento a tese de Claus Offe segundo a qual as classes trabalhadoras seriam mais heterogêneas hoje do que o foram em fases anteriores do capitalismo, e que essa heterogeneidade seria responsável pelo refluxo ou declínio do movimento operário. De um lado, há divisões antigas no seio da classe operária e das classes trabalhadoras que desapareceram ou se atenuaram; assim, teríamos, nesse caso, uma redução, e não um crescimento, da heterogeneidade. Até os anos 20 do presente século, a divisão entre operários qualificados e não-qualificados repercutia no nível da organização sindical, cindindo a classe operária em duas: os trabalhadores qualificados e organizados e os trabalhadores não-qualificados mantidos à margem do sindicalismo. Até os anos 50 do presente século, os trabalhadores de classe média sequer possuíam movimento sindical. Hoje, essas duas profundas divisões não existem mais. De outro lado, há divisões que hoje atuam de modo pesado na cisão do movimento dos trabalhadores que nada têm a ver com as recentes transformações do capitalismo. Teríamos nesse caso uma heterogeneidade muito antiga que, *em decorrência da presente conjuntura*, adquiriu importância nova. Para darmos apenas um exemplo, a distinção entre trabalhadores do setor público e trabalhadores do setor privado, tão explorada pelos governos neoliberais para confundir e dividir o movimento operário e popular, é uma distinção secular e, no entanto, é hoje que ela está evidenciando seu potencial divisionista.

A classe operária, em particular, e as classes trabalhadoras, em geral, sempre foram heterogêneas, e o proletariado nunca foi maioria da população. Seria mais produtivo perguntar se não são as situações históricas particulares que permitem, ou não, a constituição do proletariado em classe. Interrogar sobre tais situações e extrair seus elementos comuns - trabalho teórico iniciado por Lênin quando elaborou o conceito de *crise revolucionária* -, parece-nos o caminho mais produtivo para se perguntar sobre a capacidade política do proletariado.

III Gorender não acredita na capacidade revolucionária da classe operária mas, nem por isso, deixou de apostar na possibilidade da revolução. Ele entende que o capitalismo do final do século XX gerou um novo “sujeito revolucionário”, que seria a “classe dos

assalariados intelectuais”. Gorender destaca o crescimento desse setor das classes trabalhadoras e sua importância no processo econômico do capitalismo atual. Perguntamos: por que acreditar na possibilidade de a classe dos assalariados intelectuais vir a lutar pelo socialismo? Que *interesses* possuíam nessa luta? Por que teriam *capacidade* para dirigi-la? Segundo o próprio autor, os assalariados intelectuais estão, no período atual, integrados à ordem capitalista. Ainda segundo Gorender, o socialismo, embora deva manter a divisão social do trabalho, deveria acabar com os privilégios sociais e econômicos usufruídos pelos trabalhadores intelectuais. Ora, por que esperar que tais privilegiados venham a dirigir a luta contra seus próprios privilégios?

A inserção dos “assalariados intelectuais” no processo econômico possibilitou a sua constituição como uma força social hostil à socialização dos meios de produção nas revoluções do século XX. A historiografia sobre a Revolução Russa e a Revolução Chinesa mostra, com riqueza de detalhes, a resistência, ora aberta, ora difusa, dos trabalhadores não-manuais às medidas que visavam reduzir ou eliminar as diferenças sociais e econômicas entre os trabalhadores manuais e os não-manuais, inclusive aquelas que visavam democratizar a gestão da produção no interior das unidades fabris. No caso da Revolução Russa, é sabido que Lenin, depois de muito refletir, posicionou-se por uma linha de concessões salariais aos antigos engenheiros, técnicos e administradores, para que eles voltassem ao trabalho - e à própria Rússia, já que muitos haviam emigrado - e o Poder Soviético pudesse, assim, retomar a produção que estava à beira do colapso.

A razão para apostar nos trabalhadores assalariados intelectuais parece ser, segundo o livro de Gorender, a possibilidade de uma “conscientização revolucionária” desses trabalhadores “diante dos horrores do capital”(p. 232). Em alguns momentos do texto, Gorender questiona a fundamentação moral na luta revolucionária. Mas essa mesma crítica não poderia, nesse ponto, lhe ser endereçada? Afinal, são razões de ordem moral e ideológica (os “horrores do capital” ou a “barbárie capitalista”) que explicariam a luta dos “novos incluídos” contra um modo de produção que, embora não os insira no âmbito da classe dominante, coloca-os numa posição vantajosa, material e espiritualmente, frente aos trabalhadores manuais.

IV. Nossas observações críticas, pois, centraram-se na questão dos agentes sociais interessados na revolução socialista e capazes de dirigir essa revolução. Tema correlato a esse que discutimos é a concepção de socialismo de Gorender, que comporta a perenidade do Estado, do mercado e da divisão entre trabalho manual e trabalho não-manual. É claro que o objetivo (socialismo com Estado e com manutenção dos técnicos e administradores no posto de comando) está organicamente ligado aos meios (a classe dos assalariados intelectuais, e não operariado, como força dirigente da revolução). Mas o espaço não permite que prolonguemos a discussão. Ficam as observações acima como uma contribuição para a polêmica que este importante livro está atualmente suscitando nos meios de esquerda.

RICARDO ANTUNES

Os sentidos do trabalho — Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo, Boitempo editorial, 1999.

Isabel Loureiro (professora do Departamento de Filosofia da Unesp, *campus* de Marília)

Face aos intermináveis ataques que os trabalhadores vêm sofrendo no mundo inteiro é muito bem vindo o novo livro de Ricardo Antunes, uma reflexão ampla e rigorosa dando prosseguimento ao seu livro anterior (*Adeus ao trabalho?*, São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995), e que visa mais uma vez mostrar como o trabalho continua no centro da sociabilidade contemporânea. A defesa dessa tese é feita tanto no plano empírico quanto teórico, os quais se interpenetram continuamente ao longo do texto — como vamos procurar expor aqui rapidamente.

Apoiado em Mészáros (*Beyond Capital*), Antunes mostra que no “sistema de metabolismo social do capital” (p.23) prevalece a subordinação do valor de uso ao valor de troca, ou seja, nesse sistema todas as necessidades sociais devem estar subordinadas à expansão e acumulação do capital (donde seu dinamismo), sendo por isso “ontologicamente incontrolável” (p.23) e minado por uma crise estrutural que, nos seus próprios termos, não tem solução. Na medida em que, para se reproduzir, o capital precisa do trabalho, “sujeito real da produção” (p.25), não é possível pensar num processo produtivo capitalista totalmente automatizado e sem trabalhadores.

Uma outra faceta da crise é que esse sistema totalizante e incontrolável “assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva” (p.25), que se acentuou no capitalismo contemporâneo e deu origem ao que Mészáros chama “taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas” (p.25). Uma mercadoria pode não ter utilidade alguma, jamais ser usada, e mesmo assim contribuir para a expansão e reprodução do capital. Dessa subordinação do valor de uso ao valor de troca decorre a redução da vida útil das mercadorias e a agilização do ciclo reprodutivo do capital, sendo este um “dos principais mecanismos graças ao qual o capital vem atingindo seu incomensurável crescimento ao longo da história”(p.26).

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que ocorre a partir do início dos anos 70, nada mais é que a manifestação dessa profunda “crise estrutural do capital” (p.27) contra a qual este começou a se reorganizar econômica, ideológica e politicamente,

visando retomar os padrões de acumulação posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. Desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, expansão e liberalização dos capitais financeiros, novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, novas formas de domínio científico e técnico são alguns dos componentes do receituário neo-liberal adotado contra a crise o qual, entretanto, não teve a eficácia esperada. Trabalho precário, desemprego, aumento da jornada de trabalho, destruição da natureza em escala mundial foram as conseqüências dessa forma de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, entre os quais se destaca o toyotismo ou modelo japonês (empresas “enxutas”, “qualidade total”, mão de obra qualificada, etc.) adotado com o objetivo de retomar o ciclo reprodutivo do capital. O toyotismo foi mais uma invenção (desta vez *made in Japan*) para intensificar a exploração do trabalho e cortar trabalhadores.

Na visão de Ricardo Antunes, e aqui vemos a dialética em ação, a nova fase de acumulação do capital, como este se reestrutura e por que o faz, decorre, por um lado, da derrota das lutas operárias contra o fordismo nos anos 60/70 e, por outro, das necessidades do próprio capital. Ou seja, Antunes sempre expõe como um determinado fenômeno resulta simultaneamente da luta de classes e do desenrolar da lógica interna do capital, ou seja, da conexão entre economia e política. Dou apenas um exemplo: “O enorme salto tecnológico, que então se iniciava [nos anos 70], constitui-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que afluía nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica.”(p.44) Em outras palavras, para Ricardo Antunes o desenvolvimento capitalista não é o desenrolar automático de um sujeito chamado capital que, corroído por suas próprias contradições internas, chegou ao seu limite. Pelo contrário, ele sempre aponta o espaço da política, lembrando continuamente a resistência dos trabalhadores às novas formas de exploração a que são submetidos, exemplificada, entre muitos outros casos, pela histórica greve dos doqueiros de Liverpool (set. de 95 a fev. de 98).

A Inglaterra, país onde os trabalhadores sofreram as maiores derrotas — mantendo-se como já ocorrera no século XIX na vanguarda das novas formas de exploração do trabalho — é longamente estudada no capítulo V, um dos mais interessantes do livro. Tendo servido de laboratório na implantação do neoliberalismo europeu, primeiro no

esquema clássico, quando, destruindo a experiência operária e trabalhista anterior, introduziu práticas de reestruturação produtiva do capital, e mais recentemente com a Terceira Via de Tony Blair (que se limita a seguir o receituário conservador, preservando, entre outros ingredientes indigestos, a legislação que flexibiliza o mercado de trabalho), a Inglaterra é o exemplo mais claro das tendências do capitalismo contemporâneo. Na palavra de ordem “moderninha” de Blair: “flexibilização sim, porém com *fair play*”(Congresso do New Labour, 30.09.97, p.96).

Um dos pontos altos do livro é a exposição, com grande riqueza de detalhes, dos resultados de pesquisas feitas na Inglaterra, que mostram de que forma os trabalhadores reagiram ao novo sistema de trabalho importado do Japão. Tanto nas empresas do ramo automobilístico, Nissan e Ikeda Hoover que implantaram o *just in time*, quanto na Choc-Co, do setor de alimentos, que implantou o *team work*, o que se percebe é que não existe aceitação espontânea desses novos métodos, mas apenas um comportamento pragmático de quem necessita manter-se empregado. Além disso, as greves, entre meados de 95/início de 96, na Vauxhall Motors, mostraram claramente como os trabalhadores resistiram aos “novos sistemas produtivos”, tendo conseguido diminuir de 39 para 38 horas a semana de trabalho. Ou seja, não há “envolvimento” dos trabalhadores na fábrica, nem cooperação espontânea com o capital. Aliás, esse pseudo-envolvimento dos trabalhadores “tem se constituído muito freqüentemente em maior intensificação do ritmo de trabalho” (p.86). Não se pode esquecer que a “aceitação” dessas novas regras ocorre num clima de desemprego acentuado que obriga o trabalhador a submeter-se. O mais chocante, no caso da Inglaterra, são os dados que confirmam o aumento da jornada de trabalho na última década.

Se, por um lado, as pesquisas empíricas desmentem a aceitação por parte dos trabalhadores dos novos métodos de exploração “mais humanos”, por outro, revelam que as mutações sofridas pela classe trabalhadora nas últimas décadas estão a exigir uma renovação conceitual que permita captar o caráter heterogêneo dessa classe (trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, trabalhadores nacionais e imigrantes, qualificados e desqualificados, de raças diferentes, etc.). Com esse objetivo, Antunes volta a utilizar o sugestivo conceito de “classe-que-vive-do-trabalho”.

Contra a idéia de que a classe trabalhadora está em extinção, Antunes propõe uma noção ampliada de classe trabalhadora que incorpore a totalidade dos trabalhadores assalariados, produtivos e improdutivos, além dos desempregados, uma vez que estes são o resultado perverso da lógica destrutiva do capital. Entretanto, fiel ao marxismo clássico, considera que o núcleo central da classe trabalhadora continuam sendo os trabalhadores produtivos, ou seja, aqueles que produzem diretamente mais-valia.

Segundo Antunes, o conceito de classe-que-vive-do-trabalho permite incorporar o trabalho precarizado e terceirizado do setor fabril e de serviços, o trabalho *part time* (todos eles essencialmente femininos e, portanto, mais mal remunerados que o trabalho masculino), o setor de serviços, o trabalho em domicílio etc. Aliás, observe-se de passagem, a análise da exploração do trabalho feminino sintetiza perfeitamente no que deve consistir um projeto de emancipação das mulheres: uma vez que o capital não só remunera de forma diferenciada os dois sexos, como também se serve do trabalho doméstico, não pago, para se reproduzir, a luta das mulheres para se emanciparem precisa necessariamente dar-se em duas frentes: contra o capital e contra a opressão masculina. Uma outra forma de trabalho, também abrangida pelo conceito (que está virando moda nos países capitalistas avançados, e que nós já começamos a copiar), é o que ocorre no chamado “terceiro setor”: formas de trabalho comunitário e assistencial, sem fins diretamente lucrativos, que crescem em conseqüência do desemprego. Antunes vê nessas modalidades de trabalho relativamente à margem do mercado (ONGs, por ex.) “uma nova forma de mistificação” funcional ao sistema que assim se desobriga de tarefas sociais que lhe eram anteriormente atribuídas. Em resumo, a heterogeneidade da classe-que-vive-do-trabalho não significa de forma alguma que ela tenha desaparecido mas, sim, que se ampliou. É evidente que todas essas diferenciações, inclusive as que acompanham a transnacionalização do capital, dificultam uma luta unificada, tanto nos vários planos nacionais quanto no internacional, como resposta à super-exploração a que os trabalhadores estão submetidos. Dificulta, não impede, e Seattle deu o exemplo.

Mas se Antunes tem razão, por que persiste a idéia do fim da sociedade do trabalho? A resposta dada neste livro é a de que “a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do

processo de produção capitalista.”(p.119) Paralelamente a isso ocorre a “redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretalho em tempo cada vez mais reduzido.”(p.119) Em outras palavras, Antunes frisa que *não se deve confundir a tendência do capital a reduzir o trabalho vivo e ampliar o trabalho morto com a extinção do trabalho sem mais.*

Fundado nessa idéia, Antunes opõe-se à tese habermasiana da ciência como “principal força produtiva” em substituição ao valor-trabalho que se teria tornado inoperante” (p.121) pois, no seu entender, ela ignora a “complexa e contraditória unidade” (p.122) entre trabalho vivo, ciência e tecnologia. Em outras palavras, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia (CT) é determinado pela lógica do capital e não pela lógica das necessidades humanas nem por qualquer impulso imanente. Nessa medida, os interesses do capital tolhem o desenvolvimento de uma CT visando fins humanos. Ou seja, como pensava Marcuse, autor que Habermas critica, CT são ideologia e, por isso mesmo, não se constituem numa força produtiva neutra que se desenvolveria aceleradamente segundo suas próprias exigências internas. A CT, também para Antunes, só se desenvolverão livremente fora da órbita do capital e a serviço das necessidades humanas, ou na terminologia do mesmo Marcuse, a serviço da “pacificação da existência”.

Máquinas inteligentes operando sozinhas (e consumindo) só existem no terreno da ficção científica. O fracasso do projeto Saturno da General Motors é um exemplo da impossibilidade de “automatizar o processo produtivo *desconsiderando* o trabalho.” (p.220) Segundo Antunes, não só as máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores, mas, pelo contrário, elas exigem “uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.”

Em resumo, a transformação do trabalho vivo em trabalho morto, possível a partir do momento em que há uma transferência das capacidades intelectuais dos trabalhadores para os computadores, a redução do trabalho improdutivo nas fábricas (eliminação de várias funções intermediárias que foram incorporadas pelo trabalho produtivo), a ampliação das formas de trabalho intelectual não indicam de modo algum que a teoria do valor

trabalho tenha se tornado obsoleta. Portanto, e esta é a conclusão de Ricardo Antunes, “em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, maior *interpenetração*, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital, possibilitando a emergência de processos produtivos pós-tayloristas e pós-fordistas.”(p.223)

Para concluir vejamos qual o diálogo possível entre *Os sentidos do trabalho* e o *Manifesto contra o trabalho*, do grupo alemão Krisis (geousp/labur, 1999), que aborda de maneira diferente as mesmas questões.

No caso de Antunes, a distinção feita por Marx entre trabalho abstrato e trabalho concreto forma o terreno sobre o qual se ergue o seu edifício crítico. O trabalho concreto (work) — “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza”(Marx, p.167) — é considerado por ele, em filiação direta com a *Ontologia do ser social* de Lukács, como a categoria fundante da praxis social. Neste ponto as duas obras se encontram em terrenos diferentes. O apego de Antunes à noção ontológica de trabalho faz-nos lembrar o projeto do jovem Marcuse. Este também procurava no conceito de trabalho, entendido como realização da essência humana, uma fundamentação filosófica para a revolução proletária, projeto que abandonou ao perceber que o importante para uma teoria social crítica consiste em captar as configurações *históricas* do trabalho, independentemente de especulações filosóficas sobre os fundamentos últimos da vida social.

O grupo Krisis é, nesse sentido, herdeiro da teoria crítica e não entra numa discussão a respeito dos fundamentos ontológicos do trabalho — aliás de interesse duvidoso para o atual debate sobre “os sentidos do trabalho”. Por que pensar que a humanização do homem por meio do trabalho constituiria um fundamento teórico mais sólido que a humanização pelo tempo livre, pelo ócio? Para Schiller, por exemplo, o jogar, o brincar (das Spiel) era a atividade humana verdadeiramente livre por não visar nenhum fim exterior a si mesma. No terreno minado da especulação filosófica uma teoria vale tanto

quanto outra. De qualquer modo, embora considere desnecessário que um projeto político marxista se funde numa teoria sistemática sobre a natureza humana, me parece que seria mais proveitoso para quem não pensa como eu, caso de Antunes, um diálogo com as ciências, a biologia (especialmente a teoria da evolução e a paleontologia), a antropologia, etc. do que a volta à *philosophia perennis* do velho Lukács.

Todavia, naquilo que é fundamental, creio não haver divergências mas tão-somente diferenças de ênfase entre Antunes e o grupo Krisis: falando do ponto de vista de uma sociedade emancipada, onde as barreiras entre tempo de trabalho e tempo livre teriam sido derrubadas, ambos têm como alvo de suas considerações críticas o trabalho abstrato tal como se configurou na época moderna, indissolúvelmente ligado a uma sociedade produtora de mercadorias, — com certidão de nascimento e, provavelmente, certidão de óbito — e não o trabalho como atividade vital, que cria coisas socialmente úteis ou as variadas atividades que os seres humanos exercem visando sua auto-reprodução.

Contudo, Krisis considera que “a sociedade do trabalho está definitivamente no seu fim” (Manifesto...,p.78), idéia que, como vimos, o livro de Ricardo Antunes desmente. Essa divergência talvez possa ser explicada pelo lugar de onde cada um fala. Enquanto Krisis adota uma perspectiva eurocêntrica, *soixante-huitarde* e semi-anarquista, uma “grande recusa” em bloco das instituições e organizações políticas vigentes, por crer que estão todas infectadas pelo vírus do trabalho abstrato, Antunes está no Brasil. E aqui, já disse alguém sintonizado com os problemas da periferia do capitalismo, como a esquerda está condenada a pensar em termos da superação do subdesenvolvimento sob pena de contribuir para a barbárie reinante, ela não pode ser totalmente negativa.

No Brasil, defender o fim do trabalho, o fim do Estado, o fim da política, significa levar água para o moinho neoliberal. Como vimos, Antunes trata de deixar claro, por meio de um apanhado muitíssimo bem documentado das mais recentes pesquisas empíricas sobre o mundo do trabalho, que, como reivindicação imediata, a defesa do fim do trabalho assalariado na sociedade capitalista significa para os trabalhadores dar um tiro no próprio pé, ainda mais no Brasil. Daí um projeto de esquerda radical, comum a Antunes e Krisis que, entretanto, se encontra misturado em Antunes com uma análise “realista” da atual situação da classe trabalhadora, pois seu objetivo é de fato contribuir para que a esquerda realmente existente no Brasil forge um projeto emancipatório.

Em outras palavras, Ricardo Antunes não fala no vazio; o mesmo já não pode ser dito da revista *Krisis* na Alemanha. Ao mesmo tempo e paradoxalmente não deixa de ser curioso que o grupo *Krisis* tenha mais interlocutores no Brasil que no seu próprio país de origem. Talvez por mostrar que a luta por trabalho no plano das reivindicações imediatas não tem, na verdade, nada de libertador (a divisa dos campos de concentração nazistas era “o trabalho liberta”), que ela significa de fato manter-se prisioneiro da sociedade produtora de mercadorias. *Krisis* seria assim para a esquerda brasileira uma espécie de consciência crítica mais radical, necessária para equilibrar nossa excessiva tendência afirmativa. Se, como socialistas, nosso objetivo é “eliminar integralmente o capital” (p.235), o trabalho abstrato, lutar por uma produção “voltada para valores de uso e não valores de troca” (p.247), que siga seu próprio ritmo e não o ritmo do capital, derrubar os muros que separam trabalho e tempo livre e, ainda por cima, dada a origem etimológica negativa da palavra trabalho, para não falar da sua instauração compulsória e violenta no mundo moderno, não faria mais sentido lutar pela superação do trabalho, ou pelo “direito à preguiça”, como quer Lafargue? Será que o enorme sucesso do livro de Viviane Forrester, *O horror econômico*, junto aos desempregados europeus não ocorreu por eles terem percebido que podiam reivindicar sem culpa uma vida cheia de sentido independentemente de venderem sua força de trabalho? Enfim, questões suscitadas pelo mais que oportuno livro de Ricardo Antunes, uma contribuição notável a um projeto alternativo socialista, tão necessário à esquerda desorientada.

RESENHA

Tânia Pellegrini

A imagem e letra, Mercado de Letras/Fapesp, 1999.

Maria Orlanda Pinassi (Professora de Sociologia, campus de Marília, Unesp).

Percorrendo as páginas do livro *A imagem e a letra – aspectos da ficção brasileira contemporânea*, de Tânia Pellegrini, publicado em 1999 pelo Mercado de Artes/FAPESP, confirma-se a aridez do universo enfrentado pelo crítico da recente produção literária no Brasil. Parece óbvio, porém, que a desolação do cenário é pouco ou nada percebida pelo crítico vulgar, daqueles que infestam jornais e revistas especializadas à cata de notoriedade para si e seu objeto, seja ele bom ou mau. Pelo contrário, a desolação é motivo de júbilo.

Falemos, portanto, da condição de uma crítica literária, cada vez mais rara, daquela que se inscreve na fértil linhagem de investigação da particularidade histórica brasileira, que se preocupa em estabelecer ligação entre a base sócio-histórica nacional e as esferas de suas representações. Nadando contra a corrente, esse é o caso de Tânia Pellegrini que, ao invés de patinar na ditadura das regras mercadológicas, parte delas, tomando-as como premissa crítica e necessária para analisar a seara literária contemporânea que o Brasil produz com toda a diversidade que lhe compete.

Assim é que, “partindo, pois, do pressuposto básico de que a produção cultural contemporânea, incluindo a literatura, organiza-se segundo a lógica do mercado (...), o principal elemento para a composição do *corpus* deste trabalho foi esse mesmo mercado. Melhor dizendo, considerou-se fundamental usar o mercado para inquirir o próprio mercado e sua relação com a literatura. Nesse sentido, os ‘sucessos de vendas’, expressos basicamente nas ‘listas dos mais vendidos’ das revistas semanais como *Veja e Isto É*, associadas a resenhas críticas, nos moldes usuais desses veículos, foram dados indicativos essenciais para a aferição das ‘tendências’, ‘gostos’, e ‘preferências’ de hipotéticos leitores”. (p.16) Longe, portanto, de negar ou de perder-se nas mazelas tendenciosas das resenhas jornalísticas, Pellegrini faz delas as armas de suas próprias críticas.

Este é ponto alto deste livro composto a partir de sua tese de doutorado defendida na Unicamp, cuja dignidade mais evidente, aquela que a destaca das tendências apologetas e simplificadoras, é percebida na forma com que analisa alguns, poucos é verdade, escritores

brasileiros que costumam figurar na “lista dos mais vendidos”. Escritores de porte, conteúdo e perspectivas muitos diferentes como Sérgio Sant’Anna (*A Senhorita Simpson*, 1989 e *O Duelo*), Caio Fernando Abreu (*Triângulo das Águas*, 1983), Rubem Fonseca (*A Grande Arte*, 1983), Raduan Nassar (*Um copo de cólera*, 1978) e Jorge Amado (*O Sumiço da Santa*, 1988) são desvendados por uma crítica predisposta à generosidade, sem juízos *a priori*. Paulatinamente, porém, ancorada na realidade avessa às artes, traz à tona conclusões seguras a respeito da grandeza ou da inferioridade das obras exemplificadas.

Conforme Tânia Pellegrini, a incompletude do desenvolvimento brasileiro e a convivência de condições díspares ensejam tendências diversas num mesmo e único autor. A partir disso, a autora ressalta, em cada um deles, alguma característica predominante. Inicia pela pós-modernidade explícita de Sérgio Sant’Anna e Caio Fernando Abreu que, indefinidos quanto ao estilo – não se sabe se produzem romance, conto, novela –, fundamentam-se na “necessidade de narrar a qualquer custo, de se fazer ouvir, de comunicar as sensações mais íntimas ou apenas relatar vivências, não importando a forma, (esse) é um dos traços marcantes da ficção brasileira contemporânea, como se narrar fosse uma catarse psicoterápica, um jorro purificador, mais do que uma necessidade de comunicação.” (p. 68/9). As obras desses autores são centradas no “eu”, mas, segundo a autora, a narrativa nada tem de subjetiva: “solipsista, ela denota um estado geral, inclui-se na experiência de sensibilidade coletiva de uma geração e de uma época: é uma geração para a qual nada parece ter sobrado depois dos ‘heróicos’ anos 60. Órfãos de qualquer utopia, só lhes resta o resgate da experiência íntima, ancorada no cotidiano, mesclando sentimentos e emoções contraditórios, vividos com grande intensidade, mas que se esgotam na sua própria vivência.”(p. 75/6)

Dada a desilusão, tal tendência, que ora resvala no cinismo, ora na lamúria egocêntrica das “vítimas”(e usuários dos benefícios) do progresso, chafurda na nostalgia de experiências não vividas, atualiza fragmentos do passado incompreendido em sua verdadeira dimensão, usa partes tecidas arbitrariamente, dando provas, assim, de sua inconsistência, de seu vazio, da inconsciência de seu papel real no mundo atual.

Conforme a autora, o contraponto vem da literatura de cariz modernista, como é o caso de Raduan Nassar e, mesmo o pré-modernismo de Rubem Fonseca. Contemporâneos daqueles, esses autores produzem clímax, tradição perdida no marasmo contemplativo da

pós-modernidade. Ou seja, “o choque que essa linguagem aplica e o impacto que causa estão longe dos comportados curtos-circuitos formais das narrativas centradas nas angústias do eu ‘emparedado’, que olha a cidade fervendo por trás das janelas de seus automóveis ou apartamentos”. (p. 74) Ao contrário dos pós-modernos, Rubem Fonseca e Raduan Nassar constróem uma dramaticidade capaz de impelir à ação e não à paralisia. Segundo a autora, ainda, não enredam tramas lógicas e calculadas, mas “as ambiguidades trágicas das motivações humanas e do próprio destino”. Para eles, pouco importam as coisas, os fatos, mas os homens; pouco importa o mistério em si, mas os móveis que criam situações não desvendáveis pela racionalidade burguesa.

Quanto a Jorge Amado, esse “monumento” da literatura brasileira, Pellegrini destaca sua importância para o trabalho na medida em que converteu-se num dos primeiros escritores nacionais a se profissionalizarem nos rastros benéficos do mercado editorial. Ressalta-lhe alguns atributos de suas primeiras obras, recorrendo, para tanto, a Antonio Candido que, no ensaio “Poesia, documento e história” (*Brigada ligeira*, Editora Unesp, 199), analisa *Terras do sem fim*, de 1943, no qual reconhece naquele um dos grandes romancistas contemporâneos. Comparando os dois romances separados no tempo, Pellegrini considera que aspectos débeis, ressaltados por Candido a respeito do famoso escritor, como “algumas fragilidades e deslizos de livros anteriores – tais como ‘falta de penetração psicológica’ dos personagens, suprida pelo ‘sopro animador da poesia’; ‘falta de composição’, ‘onde não se sentia a necessidade interna, o ritmo das diversas partes; ‘irregularidade um tanto improvisada’ da linguagem; ‘exaltação poética’ que transpõe ‘os limites necessários, os quadros e as exigências do romance’; ‘inclusões demasiado cinematográficas’ e a poesia que ‘é também não raro, motivo de fraqueza’- [mais do que corrigíveis ao longo do tempo] agora se depuram e apontam para uma perspectiva futura, para a culminância de toda uma linha de romance brasileiro, em que a “massa começou a ser tomada como fator de arte””. (p. 129)

Pellegrini afirma que “passados mais de 50 anos (...) o prognóstico de Candido não se cumpriu ou se cumpriu em outra direção”. Ou seja, Jorge Amado, pleno de “ismos” espúrios (misticismo, machismo, exotismo, ufanismo, erotismo chulo, conservadorismo, populismo, tradicionalismo, regionalismo), em *O Sumiço da Santa* sucumbe à pós-modernidade que sua própria obra anterior antecipava. Neste livro, Amado reproduz

textualmente a si mesmo e a todos os romances que escreveu, “fazendo-os proliferar numa explosão de imagens já muitas vezes vistas e/ou lidas, executando um alegre pastiche de seus próprios temas e situações”. (p.145)

De toda essa primeira parte do livro, destaca-se um aspecto muito interessante que se fundamenta na crítica da imagem que deprime a letra (ou do retrato descritivo que constrange a narrativa). Tal aspecto revivifica o debate sobre o conteúdo neo-romântico dos pós-modernos, para os quais, temas como drogas, álcool, sexo, misticismo e esoterismo, são usados para representar algum tipo de escapismo. Entretanto, como ressalta o livro, tal escapismo não possui o conteúdo crítico dos românticos do século XIX contra o medo, a angústia, a solidão, o isolamento do homem moderno. Nas narrativas pós-modernas, esse “eu soberano” aparece “atomizado e reduzido a um mínimo defensivo num mundo desagregado. Elas demonstram muito mais uma incapacidade de organizar o passado e o futuro em experiências coerentes, de modo que os textos são pouco mais do que um amontoado de fragmentos, cacos e estilhaços que simulam formar desenhos novos a cada girar do caleidoscópio”. (p. 74/5) Na verdade, esse “eu” desumanizou-se, conformando-se com a centelha que lhe cabe num mundo em ruínas, mundo que ele contempla melancolicamente, regozijando-se de sua própria decadência.

Parece, enfim, que atingimos a máxima do romantismo que privilegia a imagem do autor em detrimento da obra. É o que se observa das palavras da autora: “Nunca a imagem do escritor foi tão importante: veiculada pela imprensa e em menor escala pela mídia, chega a substituir a importância de sua própria obra”. (p.173) Ora, essa é uma verdadeira característica romântica, cuja radicalidade crítica do século XIX foi transformada num neo-romantismo que o mundo contemporâneo, perversamente, fez confluir para as regras da mídia e do mercado.

Pena que a autora não tenha perseguido este esclarecedor filão de análise, nem tenha mantido a dinâmica apresentada na primeira parte do livro. A segunda, sem deixar de ser densa e basilar daquela, pretende realizar um debate mais teórico sobre a contemporaneidade. O resultado, no entanto, apresenta alguma irregularidade na medida em que parece despregar-se da parte que a antecede, desligando a tensão construída anteriormente. Soa, assim, como uma justificativa (às vezes) desnecessária e eclética ao seu

fértil exercício crítico, comprovado no enfrentamento de obras (algumas delas) débeis, mas que, queiramos ou não, nos são contemporâneas.

Corajosa e viva, portanto, sua crítica é desferida contra os destinos da literatura presente, literatura que a autora não enterra, nem nega *in totum*. Ao contrário, vê nela traços da específica contemporaneidade brasileira que é tão fragmentária, iconoclasta e falsa quanto a contemporaneidade do mundo capitalista, mas que, acima de tudo, não consegue, mesmo querendo, perder suas propriedades históricas.

Resenha do livro de Maria Orlanda Pinassi - *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*.

Ed. Unesp, 1998.

Marcelo Ridenti (professor de Sociologia da Unicamp).

Maria Orlanda Pinassi levanta uma tese sugestiva em seu livro sobre a revista *Niterói*, publicada em Paris, em 1836. Saíram apenas dois números, com pouca circulação, sob responsabilidade de Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto Alegre, mas a revista é considerada pelos críticos como um dos marcos do início do romantismo no Brasil, o que Pinassi questiona. Para ela, inspirada teoricamente em abordagens sobre o romantismo de autores marxistas, especialmente Lukács e Löwy, se a revista “lançou mão das formas românticas, o fez de maneira a torná-las instrumentos de oposição a uma realidade adversa ao capitalismo. Sem a essência anticapitalista, na verdade, da revista *Niterói* não emana uma visão de mundo propriamente romântica” (p.163-164).

Noutras palavras, se o romantismo tem em sua essência estar na contramão da modernidade capitalista, como “uma visão de mundo elaborada para resistir às ameaças contra a destruição humana pela lógica do capital” (p. 24 – eis a premissa assumida, que está longe do consenso entre as diversas correntes de estudiosos do romantismo), então a *Niterói* não podia ser romântica, na medida em que a modernidade capitalista não se constituía na sociedade brasileira da época, latifundiária e escravocrata. Tampouco seus autores revelavam qualquer pendor anticapitalista – ao contrário, sugeriam “os benefícios da economia burguesa para o Brasil” e suas artes, condenavam a escravidão, faziam “a apologia da divisão do trabalho livre” e da racionalidade capitalista, para criticar os valores do passado colonial. Pinassi ressalta que os criadores da revista *Niterói* não se declaravam românticos e eram cultores do progresso e da ilustração.

Mesmo aceitando a concepção de romantismo adotada pela autora, pode-se argumentar que o a sociedade brasileira do século XIX estava inserida em relações internacionais, compondo uma totalidade mais abrangente, que já era capitalista em sentido pleno; por isso era possível desenvolver o romantismo artístico no Brasil, como de fato fizeram vários autores, estudados por exemplo na obra clássica de Antonio Cândido,

Formação da literatura brasileira. Mas isso não esvazia totalmente o argumento de Pinassi, pois a realidade interna imediata com que os primeiros artistas considerados românticos defrontavam-se dificultava colocar-se na contramão de uma modernidade que não existia no plano nacional.

Para Pinassi, não havia condições materiais para embasar a forma literária romântica em 1836, pois estava por ser posta a modernidade capitalista na sociedade brasileira. O sentido aqui talvez se aproxime por outra via do argumento de um autor não citado, Antonio Gramsci, em *Literatura e vida nacional*, quando diz que “o romantismo não existiu na Itália e, no melhor dos casos, suas manifestações foram mínimas, escassíssimas e, de qualquer modo, tiveram um aspecto puramente literário”. Isto porque Gramsci não destacava em sua acepção de romantismo “o aspecto ‘literário’ do problema”.¹ Ele valorizava nos movimentos românticos a “particular relação ou ligação entre os intelectuais e o povo, a nação”, ligação que seria praticamente ausente da história italiana. A necessidade em seu tempo da aproximação entre os intelectuais e o povo – que não podia mais ser propriamente romântica, mas já socialista – era apontada por Gramsci em sua defesa do nacional-popular num país europeu de capitalismo tardio, a Itália.

Nem aproximação dos intelectuais com o povo, como formularia Gramsci, nem crítica ao capitalismo com conotações regressivas, como proporia Lukács: os *três devotos* fundadores da *Niterói* não seriam românticos, partilhariam da *fé* iluminista, mas não produziram nenhum *milagre* progressista, dada sua dependência do mecenato, a ligação íntima com a Coroa e as elites, que os levariam a adotar posições ecléticas, moderadas e conciliadoras para os problemas nacionais, nesse sentido contribuindo para formar uma tradição político-intelectual brasileira, de que a autora é francamente crítica.

Assim, só após a leitura chega-se a compreender o enigma do criativo título do livro: *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. Um livro escrito com clareza e competência, que dá sua contribuição ao estudo do pensamento brasileiro da primeira metade do século XIX.

¹ Gramsci, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 67-68.

Termino com uma provocação: ao tratar dos intelectuais da revista *Niterói*, Maria Orlanda Pinassi às vezes fala em idéias equivocadas (p. 18), projeto “confuso, medíocre e vulgar” (p.207). Essas afirmativas adjetivadas não correriam o risco de deslocar para o centro da pesquisa – à revelia das intenções – o juízo do investigador, onisciente e portador de um dever ser, ao invés de destacar o próprio objeto, seus alcances e limites dados? Lukács é citado pela autora em outro contexto, ao criticar pensamentos “que se orientam menos face o ser que o dever” (p.169). O texto cai um pouco quando se arvora em julgar os autores de *Niterói*, mas esses momentos são menores no conjunto da obra, que contribui para desnudar objetivamente o ser da *Niterói* e sua ideologia conciliadora, cujo suposto romantismo é contestado. Pode-se dizer sobre a polêmica tese do livro, como o célebre adágio italiano: *se non è vero, è bene trovato*.